

Sucessor apóia abertura da CPI da Corrupção

Segundo Lindberg Cury, proposta será levada à executiva regional do PFL

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – O governo perdeu um aliado e ganhou um pefelista dissidente: o suplente do ex-senador José Roberto Arruda, o empresário Lindberg Aziz Cury (PFL-DF). Antes mesmo de assumir a vaga, o que ocorrerá na segunda-feira, o futuro senador adotou um discurso crítico. Ontem, ele defendeu a instalação da CPI da Corrupção no Senado e disse que levará sua posição à executiva regional do PFL na próxima semana, demonstrando que o partido terá mais trabalho para agregar seus filiados.

“Em princípio sou a favor da CPI da Corrupção, mas tenho de discutir o assunto com as lideranças nacionais do meu partido”, disse. “Há no PFL posições antagônicas sobre a CPI”, argumentou Lindberg Cury, para quem o comportamento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pode redirecionar o PFL e até provocar mudanças. “ACM, que assinou o requerimento de CPI mista da Corrupção, é um líder inquestionável”, declarou o empresário.

Apesar de defender o encaminhamento das investigações no Senado, Cury nem sequer tem informações sobre o teor do requerimento da CPI preparado pelas oposições. “Não tive tempo de ler o documento”, justificou-se. “Mas avalio que a comissão já está existindo”, completou ele, referindo-se ao fato de a oposição já ter conseguido 22 assinaturas no Senado pró-CPI. São necessárias 27 para que o pedido seja protocolado na Casa. Ele negou ter conversado com Arruda sobre esse assunto. “Minha posição é independente”, afirmou.

Estevão – Ex-presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Cury foi sócio do também ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) numa empresa do setor de venda de automóveis, o Consórcio Planalto. O empreendimento não deu certo e Cury culpa Estevão pela falência do consórcio.

O empresário, hoje inimigo de Estevão, considera uma “ironia do destino” o fato de estar assumindo a vaga de Arruda, também adversário do peemedebista. Para não ser cassado e ficar inelegível por oito anos, o ex-tucano renunciou depois de ser acusado de quebra de decoro por violar o painel eletrônico para obter a lista dos votos da sessão secreta na qual o peemedebista perdeu o mandato.